

# Índice

Introdução .....	11
O que legitima o poder? .....	16
Porquê defender este modelo? .....	20
O que é preciso para legitimar a autoridade? .....	28
1. Lóbis e megalóbis .....	31
Assim funcionam as coisas em Washington .....	31
O lóbi e a catástrofe financeira .....	34
A Democracia paralisada: «Que não seja durante o meu mandato» .....	38
A Europa atrasou-se .....	41
Como é que eles conseguem? .....	44
Megalóbis, não: «Institutos», «Conselhos» e «Fundações» .....	53
Raposas e galinhas, ovelhas e lobos: Um exemplo europeu .....	54
Uma metamorfose moderna: o IASB .....	61
Richard Berman, <i>o Magnífico</i> .....	67
O <i>marketing</i> do alcoolismo .....	69
O mais grave problema mundial: as alterações climáticas .....	71
2. Tratados internacionais: feitos à medida por e para as empresas trans- nacionais .....	77
Um pouco de história: primeiros passos para uma tomada do poder .....	78
Na era dos megatratados comerciais .....	83
Tratados comerciais e geopolítica .....	85

Como começou o TTIP? Quem está por trás? .....	87
Quando a palavra de ordem é lei .....	88
Multiplicam-se as grandes organizações .....	92
Descodificando: então o que é exactamente o TTIP? .....	95
Fornecedores de conteúdo .....	96
A oposição aumenta, a Comissão retalia .....	98
Resolução de litígios, dissolução da democracia .....	102
Sai a sorte grande às sociedades de advogados .....	104
Onde surgirão os conflitos? Algumas possibilidades bem reais .....	108
A indústria agro-alimentar .....	112
Os produtos químicos .....	116
Fracturação hidráulica e gás de xisto .....	118
Propriedade intelectual e grandes laboratórios farmacêuticos .....	120
A contra-ofensiva da União Europeia .....	123
Conclusão .....	128
3. Cooperação regulamentar: novos perigos se anunciam .....	131
Deixa-nos com pele de galinha .....	137
Conselho de cooperação para a regulamentação ou rendição incondicional aos interesses empresariais? .....	140
Quem lhes dá uma ajuda? .....	144
4. Do transnacional ao supranacional: tropas das empresas invadem as Nações Unidas .....	151
Votos de feliz dia da empresa .....	164
Em cima de carvão em brasa .....	170
5. Davos: Aqui se decidirá o nosso futuro? .....	175
Conclusão .....	191
Lista de siglas e acrónimos .....	207
Índice remissivo .....	209

Ao longo da minha vida, preparei cinco perguntas democráticas [para fazer a uma pessoa influente]: «De que poder está investido? Quem lho concedeu? Em que interesses o exerce? A quem tem de prestar contas? E o que fazer para nos livrarmos de si?» Se não for possível vermo-nos livres dos que nos governam, é porque não vivemos num regime democrático.

TONY BENN (1925-2014), Discurso de despedida no Parlamento inglês, 2001.



## Introdução

Estamos cercados. Para onde quer que olhemos, encontramos massas, multidões, grupos de indivíduos não eleitos que não prestam contas a ninguém e só procuram o lucro, grandes empresas e novas instituições que surgem por todo o lado e fazem política oficial em áreas que vão da saúde pública à alimentação e à agricultura, dos impostos à finança e ao comércio. Alguns são lobistas ao serviço de uma empresa em particular ou de todo um sector industrial, outros são dirigentes das maiores empresas mundiais, cujo volume de negócios é superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de muitos dos países onde operam; cada vez mais, as organizações que criaram tornaram-se quase instituições governamentais que cooperam entre si, para lá das fronteiras nacionais.

O seu papel é manifestamente político, e o poder que exercem é ilegítimo. Actuam através de grupos de lóbi, mas também directamente através de governos — não só convencendo autoridades eleitas a aprovar esta ou aquela lei, mas também através de «comités de peritos» obscuros ou de órgãos *ad hoc* cujo discreto «espírito de missão» chega a conferir-lhes um estatuto oficial. As suas actividades podem ter como objectivo favorecer uma empresa em particular ou todo um sector industrial. Por vezes criam poderosas organizações dotadas de grandes orçamentos, que se dedicam a intervir nos

assuntos internacionais. Especializaram-se na preparação metódica de tratados de comércio estratégicos que são negociados em segredo, mas sob a vigilância constante de delegados das empresas.

Têm sob o seu controlo cidadãos comuns, de que se servem para desvalorizar o interesse público e o bem de todos. Por toda a América do Norte e pela Europa em particular, esta numerosa prole empresarial lidera uma mudança política importante a que chamo «emergência de uma autoridade ilegítima», e as constelações de grupos de interesse organizados constituem uma verdadeira ameaça para a democracia.

Não tenho nada contra as empresas privadas. O negócio é sempre bom, desde que se mantenha na esfera que é a sua. Mas o conceito de governo, no sentido em que os entendemos geralmente, dirigido por responsáveis claramente identificáveis e eleitos democraticamente, encontra-se hoje em dia enfraquecido, senão mesmo suplantado, por «governos» sombra aos quais a classe política fez enormes concessões. Isto pode acontecer intencionalmente, porque os burocratas e dirigentes têm medo dos gigantes, ou porque os admiram e querem agradar-lhes. Numa perspectiva mais generosa, podem simplesmente ignorar as implicações a longo-prazo das suas escolhas. Em qualquer dos casos, entregaram uma parte substancial do poder a estes colossos, que tomam agora decisões em inúmeras áreas que afectam as nossas vidas.

Decidi chamar «transnacionais» ou «ETN» a estas empresas gigantescas, em vez de usar o termo «multinacionais», como muitos fazem. Em primeiro lugar, porque a designação «empresa transnacional» é utilizada oficialmente pelas Nações Unidas; depois, e mais importante, porque a maioria dos seus executivos que ocupam cargos superiores e estratégicos é de facto natural do país onde elas estabeleceram a sua sede internacional. As empresas que gerem são sem dúvida «multi»-nacionais porque têm escritórios, fábricas e clientes numa «multi»-tude de países, mas os seus quadros de topo

mantêm relações familiares, sociais, políticas e culturais com o país onde nasceram e foram educados. Sabem como actuar, têm acesso fácil ao governo, estabelecendo com ele relações privilegiadas, e perdem menos tempo a tratar dos assuntos do interesse da empresa a que pertencem.

Por estas razões, directores gerais, directores de operações e directores financeiros, bem como responsáveis de investigação e desenvolvimento ou os membros do conselho executivo são, na sua maioria, nacionais do país onde a empresa tem a sua sede, e só raramente estrangeiros, mesmo que de países vizinhos. Neste sentido, pode dizer-se que a Nestlé é suíça, a Total francesa, a General Motors americana e a Siemens alemã, independentemente do número de países em que estes grupos operam.

É provável que os nacionais sejam também considerados potencialmente mais leais, ainda que, para vencer no mundo empresarial, virtudes como o patriotismo ou a lealdade só se apliquem à própria empresa. Na verdade, os executivos de topo preocupam-se pouco com o destino dos países onde estão instaladas as suas fábricas, mesmo que se trate do país onde nasceram. Se lhes for exigido um aumento dos lucros, não hesitarão em fechar fábricas nem em despedir operários, compatriotas ou não.

Desde a ofensiva das políticas neoliberais nos primeiros anos da década de 1980, que ganhou força no fim da Guerra Fria em 1991 quando a União Soviética desapareceu, o número de ETN disparou. A globalização deu asas a empresas gigantescas e ajudou-as a criar as suas próprias meta-organizações que se ocuparam de áreas específicas a nível mundial, como o comércio e o ambiente. Outras ramificações são simultaneamente «meta» — acima ou além de, em grego — e «mega» — grande ou poderoso — tal como o Fórum Económico Mundial (FEM), mais conhecido pela estância de esqui suíça onde se reúne todos os anos desde 1971: Davos. A ambição crescente da constelação de organizações de Davos é bem simples de definir: governar o mundo.

Chamo aos *habitués* do Fórum Económico Mundial a «Classe de Davos» porque constituem uma verdadeira classe social com características específicas. São pessoas internacionais e nómadas, mas também uma tribo reconhecível, com os seus códigos e marcas muito próprios. Expressam-se não apenas na sua língua materna acrescida do jargão empresarial e burocrático, mas são também fluentes em inglês. Frequentaram as mesmas ou muito semelhantes universidades ou escolas superiores de gestão, mandaram os filhos para as mesmas escolas privadas, frequentam os mesmos círculos sociais e locais de férias, possuem casas valiosas em cidades elegantes por esse mundo fora, encontram-se nas mesmas reuniões (com Davos em primeiro lugar), desenvolvem culturas empresariais comparáveis e, claro, têm muito dinheiro.

Também são substituíveis — se o homem que esteve em Davos no ano passado já lá não está este ano é porque já não é o presidente do conselho de administração do banco X ou da empresa Y. Cerca de 85% dos efectivos desta classe vêm de empresas e de bancos — os restantes são na sua maioria políticos, e há um pequeno número de sindicalistas, de pessoas de organizações não-governamentais (ONG) que não fazem ondas, e ocasionalmente, para dar um toque de *glamour*, uma estrela de cinema.

Até prova em contrário não acredito em conspirações. Acredito, isso sim, em *interesses*, e também que os leitores são absolutamente capazes de distinguir as duas coisas. Há uma grande diferença entre uma teoria da cabala paranóica e uma descrição factual do poder crescente das empresas, mas reconheço que apesar de os sinais deste crescimento se multiplicarem à nossa volta, por vezes o cidadão comum tem dificuldade em identificá-los. Espero fornecer algumas pistas nestas páginas. Muito se poderia escrever sobre as ETN, e o volume de informação sobre elas aumenta, infelizmente, todos os dias. Aqui o meu objectivo é abrir a porta, não é visitar cada recanto da enorme casa do poder transnacional.

Antes de entrarmos, parece-me útil falar um pouco de política em sentido lato. O subtítulo deste livro era para ser «A Ascensão da Autoridade Ilegítima», e é justo que dedique parte desta introdução às minhas motivações e à visão política que pretendo defender, através de uma descrição factual do que as ETN andam a fazer. Tal como a maioria dos meus trabalhos anteriores, este livro tem por tema o poder — quem o detém, como é usado, e com que propósitos. O poder das ETN baseia-se na ideologia mais ou menos explícita conhecida por neoliberalismo, que é profundamente ilegítima e não democrática. Para que isto fique bem claro, referirei brevemente em que é que a autoridade legítima e democrática se distingue da que não o é. Estas distinções podem parecer evidentes, mas na realidade são também muitas vezes escamoteadas. Os leitores já conhecem bem os princípios que estão em causa.

Explicarei em seguida porque acredito na evidência de que a autoridade ilegítima prospera hoje de uma forma impressionante e a democracia está em riscos de sucumbir ao flagelo da ideologia neoliberal. Este livro aborda a situação nos Estados Unidos e na Europa porque é aqui que está sediada a grande maioria das empresas e porque é no Ocidente que esta ideologia se encontra mais profundamente enraizada. Assistimos a uma guerra entre dois modelos de pensamento e de comportamento. E chegámos a um ponto em que temos de escolher entre a herança da Idade das Luzes por um lado, e, por outro, aquilo que vejo como a Grande Regressão Neoliberal. A tradição do Iluminismo, desenvolvida a partir do século XVIII, está em perda, mas como já tratei este tema de forma mais desenvolvida em trabalhos anteriores, a presente descrição será breve.

Nos capítulos que se seguem apresentarei exemplos concretos de como as funções dos governos legítimos vão sendo progressivamente invadidas por agentes e organizações ilegítimos, não eleitos e opacos, cuja lista aumenta constantemente. Não sendo possível abordá-los de forma exaustiva, explicarei no entanto por que moti-